



Universidade Federal do Rio Grande - FURG

Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental

Revista do PPGEA/FURG-RS

ISSN 1517-1256

Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental

**O SENTIDO ESTÉTICO E O TRABALHO CRIATIVO COMO ELEMENTOS
ESTRUTURANTES DE UMA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL
COM PESCADORES ARTESANAIS**

Maria Odete da Rosa Pereira¹

Susana Inês Molon²

Carlos Frederico B. Loureiro³

RESUMO

A intenção desse trabalho é desenvolver uma reflexão crítica acerca do trabalho criativo e do sentido estético na pesca artesanal, concebendo-os como elementos fundantes da produção social das comunidades de pescadores do estuário da Lagoa dos Patos. Além disso, objetiva articular alguns aportes teóricos com dados da realidade empírica observados e analisados por Pereira (2005; 2006) e Reis (2005) sobre as condições da capacidade produtiva do sistema ambiental da pesca no extremo sul do país, bem como sobre as condições de vida e de trabalho desses pescadores artesanais. Para estas análises nos apoiamos na teoria crítica, do ponto de vista da educação ambiental, nas idéias estéticas de Marx propostas por Vázquez (1978) e nas contribuições da obra de Vygotsky (2001).

Palavras-chave: trabalho criativo, sentido estético, educação ambiental e pesca artesanal.

¹ Discente no doutorado em Educação ambiental pelo PPGEA/FURG, dethfurg@hotmail.com.

² Orientadora no PPGEA/FURG. Professora adjunta na Universidade Federal do Rio Grande e professora do Programa de Pós-graduação em Educação Ambiental da Fundação Universidade Federal do Rio Grande, susanamolon@vetorial.net.

³ Co-Orientador no PPGEA/FURG. Professor da faculdade de educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, professor dos programas de pós-graduação em educação (PPGE). Pesquisador do CNPq, floureiro@openlink.com.br.

ABSTRACT

This study aims at developing a critical reflection about the creative work and aesthetic sense in artisanal fishing, assuming that they are founding elements of social production in fishery communities from Lagoa dos Patos estuary. Moreover, the present study seeks to articulate some of the theoretical framework based on data from empirical reality, which was observed and analyzed by Pereira (2005; 2006) and Reis (2005), with reference to the productive capacity condition of the fishing environmental system in the extreme south of Brazil, as well as to artisanal fishermen's living and working conditions. The following analyses were based on critical theory, from the standpoint of environmental education, on Marx's aesthetic ideas as they were proposed by Vázquez (1978), and on contribution from the work of Vygotsky (2001).

Keywords: creative work, aesthetic sense, environmental education, and artisanal fishing.

INTRODUÇÃO

Nesse artigo buscamos o diálogo entre as categorias trabalho, alienação e sentido estético para o entendimento da situação de crise que hoje se apresenta e como encontrar uma possibilidade de mudança da realidade da pesca artesanal. A seguir enfocamos as contribuições da Educação Ambiental crítica e reflexiva para o enfrentamento e a transformação dessa situação e a construção de um outro modo de pensar, de sentir e de fazer junto com os pescadores artesanais.

Algumas pesquisas têm estudado a problemática de risco de vida dos pescadores artesanais e de extinção de espécies marinhas. As mais significativas enfatizam os efeitos ecossistêmicos da pesca e a elaboração de modelos de avaliação pesqueira, como afirma Reis (2005) em um relatório sobre o estabelecimento da capacidade produtiva do sistema ambiental da pesca no extremo sul do Brasil. Nossa região de estudo, o estuário da Lagoa dos Patos, conta com pesquisas ligadas ao Laboratório de Crustáceos Decápodes, estando articuladas dessa forma com um referencial teórico ligado à biologia das espécies comerciais. Embora esses estudos considerem os impactos do meio antrópico (visão sistêmica), não partem de uma perspectiva de tradição humanística e/ou da educação. Portanto, além dos dados fornecidos por tais trabalhos, buscamos fundamentos políticos-filosóficos que embasem nosso olhar a este “pescador” artesanal da Lagoa dos Patos, encontrando amparo em Diegues (1995), em Pereira (2005, 2006) como também em alguns subsídios disponibilizados pelo movimento de pescadores artesanais e pelo Fórum da Lagoa dos Patos.

Podemos afirmar que são muitas as motivações que nos impulsionam a esse trabalho, talvez a mais significativa seja nossa trajetória nos movimentos sociais e algumas lutas

conjuntas com os pescadores da região por condições mais dignas no trabalho da pesca artesanal.

O diferencial do nosso trabalho é que buscamos o aprofundamento do processo constitutivo do pescador artesanal como resultante do seu trabalho, isto é, o trabalho como elemento constitutivo da consciência do sujeito, segundo Vygotsky (2001) e Molon (2003), e este como responsável direto pela produção social da natureza. Nesse sentido, a constituição do homem acontece pelo trabalho, no qual, dialeticamente, a consciência possui gênese e natureza social e a atividade humana é sempre uma atividade mediada socialmente e produtora de significados (MOLON, 2003).

O ser humano, no trabalho, ao transformar a natureza imprimiu nesta uma dimensão humana. Pelo trabalho ocorre a passagem do biológico ao social, vinculando natural ao humano-cultural. Assim, o ser humano não só se adapta à natureza, mas a transforma e ao transformá-la transforma a si mesmo, pois tem a capacidade de criar o mundo da cultura por meios dos instrumentos de trabalho e dos instrumentos psicológicos, os quais são decorrentes da criação e da utilização de signos, sobretudo da linguagem. Portanto, por meio do trabalho acontece uma dupla produção: a produção dos objetos culturais e a produção do próprio homem.

A atividade humana caracteriza-se tanto pela reprodução ou repetição de algo já existente quanto pela criatividade, pela capacidade de imaginar, criar, combinar novas situações. O ser humano não se limita à adaptação às condições estabelecidas pelo meio ambiente. Além disso, o trabalho como atividade criadora implica um sentido estético as suas obras.

Desse modo, concebemos a atividade humana na perspectiva da abordagem sócio-histórica, defendida por Vygotsky, cuja inspiração encontra-se em Marx no conceito de trabalho social, o qual apresenta dois sentidos: o primeiro decorrente das análises da economia política, concebido por ele como atividade alienada e alienante do trabalhador que vive historicamente sob o regime da propriedade privada dos meios de produção; o segundo, como atividade humana criadora decorrente da análise filosófico-política que Marx faz em *O Capital* (PINO, 2006).

Por sua vez o trabalho enquanto atividade criadora do ser humano em contraposição ao trabalho alienado traz consigo um sentido estético inerente ao seu processo criador.

A noção de sentido estético na abordagem sócio-histórica fundamenta-se nos pressupostos já anunciados, ou seja, no processo de humanização do homem na transformação

da natureza e de si próprio pela sua ação criadora e pela sua capacidade de significação, isto é, “o homem enquanto espécie é um ser biológico que se tornou capaz de agir sobre a natureza, da qual faz parte, para transformá-la, conferindo-lhe significação, o que faz dela uma produção humana”. (PINO, 2006, p.65)

O nosso entendimento é que o trabalho do pescador constitui um leque de significados e sentidos estéticos que precisam ser revistos através da educação ambiental transformadora à luz da teoria crítica e do materialismo histórico-dialético. Acreditamos que isso só será possível se nos detivermos nos processos de trabalho como produção histórica buscando as formas de resistência da pesca artesanal mesmo no contexto capitalista.

Ao aliarmos os conceitos da educação ambiental com tais pressupostos acima citados, o trabalho como constitutivo da consciência do ser humano, como lembra Vygotsky (2001), e o processo de constituição do pescador no tempo, estamos dando um sentido histórico à própria educação ambiental, que em seus debates, por vezes, é permeada por visões essencialistas, conservacionistas e biologizantes. Nosso propósito é ao mesmo tempo compreender os processos ligados à pesca e desvelar o papel da educação ambiental nesse contexto buscando oportunizar um posicionamento político em favor da transformação da realidade e a construção de alternativas pedagógicas concretas.

O CONTEXTO HISTÓRICO DA PESCA CONSTITUINDO O SIMBÓLICO E O IMAGINÁRIO DOS PESCADORES ARTESANAIS

Como será que pensava, criava e imaginava o pescador de subsistência antes da chegada dos portugueses? De acordo com Diegues (1995) a extração de pescados era parte da rotina dos povos indígenas e isso está provado pela presença de sambaquis por todo litoral brasileiro. O que nos inquieta é compreender os processos de constituição desse sujeito pescador, quais são as significações e os sentidos atribuídos à atividade da pesca desde a colonização. Sabemos que o processo histórico ao qual foi submetido foi violento de diferentes pontos de vista.

No final do século XIX, inúmeros pescadores artesanais tinham-se tornado verdadeiros proletários do convés, trabalhando 16 horas por dia em condições duríssimas no Mar do Norte. (DIEGUES, 1995, p. 85).

De pescadores de subsistência a proletários de convés, a atividade produtiva e criadora da pesca sofre um processo histórico profundo de um estranhamento subjacente ao novo modelo que se apresenta com a colonização: o capitalismo.

A história dos pescadores artesanais e as relações com a indústria acompanham a evolução do capitalismo e suas contradições. Segundo Diegues (1995), as empresas de pesca se verticalizaram integrando os setores de captura, comercialização e beneficiamento de pescado, e surgindo inclusive as empresas multinacionais do setor como resultado da globalização da economia.

A pesca extrativista na região Sul do Brasil teve suas origens nos municípios de São José do Norte e Rio Grande através de imigrantes portugueses tornando a atividade uma tradição até os dias de hoje (contribuição da Pastoral do Pescador – Região Sul). As razões para a escolha desta região foram, primeiramente, a existência de um grande estuário, no caso a Lagoa dos Patos, considerado um dos maiores criadouros naturais do mundo, e em segundo lugar os prolíferos pesqueiros ocorrentes ao largo do atlântico sul.

Se o trabalho dos pescadores historicamente era composto por uma atividade apenas de captura num primeiro momento, então seu imaginário, seus símbolos estavam ligados provavelmente ao pescar para comer e alimentar suas famílias. Isso exigia uma determinada arte de pesca, ou seja, redes e petrechos adequados a uma quantidade suficiente para um grupo social reduzido mesmo que a organização não fosse por famílias e sim por comunidades (tribos, grupos). Para Vázquez (1978), o ser humano é tão mais rico quanto maior for sua riqueza de relações, isto é, as múltiplas formas de se apropriar da natureza; a riqueza seria proporcional às suas necessidades como ser humano pleno.

Já no capitalismo o homem se reduz ao problema do sustento, renuncia às suas necessidades humanas em favor da busca pelo trabalho alienado e, conseqüentemente, pelo dinheiro para sobrevivência. Constatamos que com a introdução da economia capitalista, mesmo que processualmente, as modificações foram ocorrendo, primeiro com alguns e aos poucos se estendendo a um grande número, não de maneira estanque, mas numa complexidade de relações.

A pesca no litoral sul pode ser dividida em dois momentos históricos, o primeiro com a vinda dos imigrantes portugueses, que formaram as primeiras parselhas de pesca e as primeiras fábricas no final do século XIX e, o outro, na década de 60 com os incentivos fiscais do governo brasileiro à pesca industrial. (REIS, 2005, p. 4).

Os pescadores artesanais, por dominarem o conhecimento da região e das espécies locais, são chamados para trabalhar nos barcos das indústrias, assim transformam-se em mão de obra barata formando uma massa de reserva.

Depois de 1947, as empresas e os armadores, passaram a contratar mestres e embarcações estrangeiras com o intuito de expandirem seu volume de captura, dando assim um incremento substancial ao volume capturado e processado por elas. (REIS, 2005, p. 4).

Ainda:

Nesta mesma década, observa-se mais um grande movimento migratório para a região, com a vinda dos pescadores catarinenses, que vêm pescar durante as principais safras no estuário, como a da tainha e a do camarão. Assim, as parelhas, de origem portuguesa, começam a se desestruturar e iniciam uma reorganização com os pescadores catarinenses com parelhas menores em maior número. (REIS, 2005, p. 4).

A ascensão da atividade na região contribuiu para que houvesse uma difusão de artes de pesca comprometendo o esforço sobre estoques, bem como a diminuição de produção, com a ampliação da utilização de equipamentos predatórios e captura em locais de criadouros em ambos ambientes (estuarino e oceânico), dizimação executada pela pesca industrial que afetou a pesca artesanal, como lembra Pereira (2006).

Este comprometimento em relação à manutenção das espécies fez com que produções substanciais como a da Lagoa dos Patos, que, segundo Pereira (2005), já representou quarenta e cinco mil toneladas, caíssem hoje para quantidades inferiores a quinze mil toneladas fazendo desaparecer as safras tradicionais, sustentáculos econômicos da região.

Desse modo, torna-se fundamental contextualizar e compreender esse processo histórico de ascensão da atividade da pesca, ampliação e difusão das artes de pesca, grande invasão de “estrangeiros” pescadores catarinenses, captura inadequada e dizimação provocada pela pesca industrial, para buscar entender como os pescadores artesanais produziram significados e sentidos resultantes desses acontecimentos e dessas condições de vulnerabilidade sócio-ambiental. Além disso, é importante compreender como eles ressignificam a atividade primeira da pesca, como prática social originária da sua própria consciência de pescador. Quais aspectos permanecem presentes na atividade do pescador atual, o que se manteve como sinal de resistência da atividade primeira, o que não naufragou no barco do capitalismo e no processo de alienação do trabalho do pescador?

Para responder a isto, devemos ressaltar que na atividade atual do pescador artesanal, segundo Pereira (2006): as espécies estão escassas, algumas ameaçadas de extinção; a pesca industrial exerce o roubo legalizado do bem comum (peixes); o número de pescadores na disputa do recurso está cinco vezes maior do que a capacidade de suporte; o Estado não faz a gestão do recurso de forma eficiente; a miséria atinge as comunidades pesqueiras de forma progressiva; atualmente estão à mercê de políticas sociais; e, o ambiente natural está degradado pelas grandes indústrias, porto e especulação imobiliária.

Diante dessa realidade, com as complexidades inerentes aos problemas elencados, acreditamos que o sujeito pescador está enfrentando dificuldades de se manter na atividade da

pesca com dignidade. Somam-se a isso as tarefas nada fáceis da burocracia estatal para reconhecer os sujeitos como pescadores, isto é, para acessar as políticas direcionadas ao setor da pesca artesanal como: seguro defeso, carteira de pescador, licença ambiental de pesca, registro de embarcações e matrícula de pescador. É uma verdadeira via sacra que o pescador faz de órgão público em órgão público.

Sendo assim, buscamos elementos e processos que constituem os sujeitos pescadores, embasados em autores como Vygotsky (2001) e Pino (2006), que nos afirmam que a atividade imaginária se estrutura com elementos tomados da realidade, o que faz desta o fundamento daquela. Outra forma que se apresenta é como produto formado da fantasia se relacionando com algum fenômeno complexo da realidade, e outra ainda é de natureza emocional. Isso nos reporta à natureza do imaginário abrindo possibilidades para que o homem sonhe algo que não faz parte objetivamente da realidade, possibilitando a reinvenção da mesma através da imaginação. Diz-nos Pino (2006, p. 59) “[...] isso faz do imaginário, sem ceder a falsos romanticismos, um plano-chave da evolução criadora do homem”.

Buscamos nessas afirmações as possibilidades de transcender a cruel realidade que se apresenta para a pesca artesanal, acreditando que o próprio pescador através da emancipação de sua consciência no trabalho como na prática social e política reflexiva seja capaz de imaginar e colocar em prática a reversibilidade da atual situação.

O TRABALHO COMO FUNDANTE DO SOCIAL E A ALIENAÇÃO COMO DIMENSÃO POLÍTICA E ECONÔMICA

Nesse propósito buscamos apoio nas palavras de Netto e Braz (2006), quando nos falam de *práxis, ser social e subjetividade*. A idéia proposta por eles é que o trabalho não se constitui como a única forma de objetivação humana para um ser desenvolvido, contudo, o trabalho é *fundante e necessário* às outras objetivações, em uma abordagem realista da ontologia do ser social. Segundo os autores, o trabalho permanece como uma espécie de *modelo* das objetivações de um ser social, isso porque todas as outras objetivações estão relacionadas ao constitutivo do trabalho, à dimensão da satisfação de necessidades historicamente construídas.

O homem como ser criador, por intermédio de seu trabalho, historicamente vai criando as condições de um distanciamento do seu próprio objeto graças ao caráter social de sua atividade produtiva. Isto é, na realidade da pesca, os trabalhadores além de pescar vão criando a arte da pescaria, produzindo as técnicas, as diferentes formas de redes de pesca, ao

mesmo tempo em que vão descobrindo o funcionamento das marés, os movimentos da lua, se apropriando de elementos da natureza. Com isso minimamente solucionado aperfeiçoam suas embarcações, melhoram suas casas, seus jardins, suas hortas, suas festas, celebrações, práticas sociais que simbolizam e se comunicam com seu trabalho. Esse distanciamento e esse caráter social do trabalho é que contém em si o sentido estético.

Dessa forma, o sentido estético é uma dimensão essencial do homem enquanto ser criador. Entendemos, de acordo com Vázquez (1978, p. 53), que “a prática, enquanto fundamento do homem como ser histórico-social, capaz de transformar a natureza e criar assim um mundo à sua medida humana, é também o fundamento de sua relação estética com a realidade”. Portanto, a prática como criação e ação capaz de superar as necessidades de subsistência pela produção de objetos que satisfazem necessidades humanas, ou seja, “necessidades que o homem tem de afirmar-se como ser humano, e de manter-se ou elevar-se como tal” (VÁZQUEZ, 1978, p. 53). Assim, as artes de pesca vistas como mudanças provocadas no processo de trabalho para melhor atender às suas necessidades estariam, não fossem as sociedades capitalistas, contribuindo para a capacidade criadora do pescador, dando-lhe oportunidade de distanciamento das necessidades básicas e proporcionando, quem sabe, mais preservação e mais dedicação à produção social da cultura. A pesca deve representar para o pescador o ente social que precisa ser preservado. No trabalho alienado o pescador quer matar o seu objeto social, extinguir sua própria comunidade. Quando o pescador “mata” o peixe está matando a si mesmo.

Em virtude da alienação, a relação humana fundamental – o trabalho – a que define o homem, a que humaniza e faz dele um ser consciente e livre, despoja o trabalhador de sua essência humana. (VÁZQUEZ, 1978, p. 90).

Para que não parem dúvidas quanto às exposições sobre a divisão social do trabalho, buscamos em Mészáros (2006) uma base para nossas afirmações a partir da *alienação*. Contudo, primeiramente vamos retomar a questão da divisão do trabalho a partir de saciada a necessidade de subsistência, no caso citado dos pescadores, como o caráter social do trabalho e não como ocorre na produção capitalista.

É evidente que nenhuma sociedade, nem mesmo de complexidade limitada, pode surgir sem a produção de alimentos básicos que excedam as exigências individuais dos trabalhadores. Mas é igualmente evidente que a existência de um produto excedente agrícola não encerra em si nenhuma determinação *econômica* quanto à maneira de sua apropriação. Ele pode ser apropriado por um grupo limitado de pessoas, mas também pode ser distribuído com base na mais estrita igualdade. Ora, a questão é que as exigências mais elementares do modo capitalista de produção (concorrência, crescimento, acumulação, etc.) prescrevem, por necessidade *econômica*, uma relação *fixa* entre produção e apropriação (isto é, a propriedade privada). (MÉSZÁROS, 2006, p. 129).

A afirmação acima nos orienta no sentido de buscar o entendimento de porque é tão fundamental o papel do trabalho alienado nesse processo de acumulação capitalista e do seu papel característico da propriedade privada. O autor nos remete a questão de que a primeira fase no desenvolvimento da alienação do trabalho deve ter uma forma política.

Ele afirma que:

Uma precondição essencial da alienação universal (econômica) é a realização da alienação específica (afetada politicamente). A alienação universal implica logicamente a alienação parcial e, como já vimos, também historicamente a alienação deve ser primeiro político-parcial antes de se tornar econômico-universal. (MÉSZAROS, 2006, p. 129).

É evidente que a alienação está vinculada com a questão da mais-valia, do excedente, porém não ocorre de forma natural ou determinista. Há uma intervenção política que media as ações, o que em parte nos conforta, pois é exatamente aí que queremos e devemos interferir, nas relações políticas, buscando desdobramentos e superações na totalidade da vida social.

Logo, o problema da nossa relação com a natureza não está no trabalho como algo abstrato, mas no trabalho alienado que se define na expropriação, na apropriação privada do que é socialmente produzido e nas relações de exploração inerentes a uma formação social específica: o capitalismo. Então, se essa condição foi criada num processo histórico na disputa de interesses políticos e econômicos impondo inclusive uma cultura dominante, essa esfera precisa ser enfrentada num processo de contra-hegemonia, e tal intervenção é construída politicamente, onde a educação emancipatória cumpre papel fundamental.

O SENTIDO ESTÉTICO NO TRABALHO DA PESCA ARTESANAL

Chegamos então na realidade do pescador artesanal, buscando o sentido estético da sua atividade produtiva, inserindo-o no processo evolutivo da sociedade humana e na crescente hegemonia do sistema capitalista.

Pelas suas raízes biológicas, os seres humanos são seres corpóreos e o corpo – representação da sua materialidade orgânica – faz parte da Natureza e, como tal, é a porta de acesso do homem a ela e de entrada do simbólico nela. (PINO, 2006, p. 65).

Portanto, o homem age sobre a natureza dando significados a ela por meio da sua capacidade de pensar e elaborar conscientemente, fazendo da natureza uma produção humana, como lembra Pino (2006). Transpondo esses pressupostos em forma de categorias para compreender os processos de constituição do ser pescador, nos perguntamos como está sendo constituído o sentido estético do pescador artesanal diante do avanço das forças capitalistas na sua atividade produtiva? Como o pescador experimenta e significa o trabalho das pescarias e

como essa atividade prática na relação dialética do sujeito pescador e do objeto pescado faz emergir o sentido estético?

(...) o estético só se dá na dialética do sujeito e do objeto e que, portanto, não pode ser deduzido das propriedades da consciência humana, de certa estrutura dela, da psique ou de determinada constituição biológica do sujeito. A consciência estética, o sentido estético, não é algo dado, inato ou biológico, mas surge histórica e socialmente sobre a base da atividade prática material que é o trabalho, numa relação peculiar na qual o sujeito só existe para o objeto e este para o sujeito. (VÁZQUEZ, 1978, p. 97)

Se a ação criadora do homem consiste essencialmente num processo de humanização da natureza, ou seja, das coisas e dele mesmo, como sugere Pino (2006), então que homem é esse que coloca as espécies em extinção, que destrói as encostas, as matas ciliares, poluem as águas? Não se trata aqui de um homem genérico e sim do homem alienado por meio de seu trabalho, em relações de expropriação material, e conseqüentemente de sua consciência. O industrial que visa o lucro de uma multinacional que produz fertilizantes às margens da Lagoa dos Patos, poluindo em grande escala a região, tem a mesma responsabilidade do pescador que nunca saiu da sua cidade por terra, apenas se desloca em seu caíco de uma localidade a outra com uma territorialidade limitada às margens do estuário? Serão concretamente iguais?

Com base no conceito de Marx de trabalho alienado, nos orientamos para entender as diferenças existentes entre a propriedade privada que tem no trabalho sua essência, e o trabalho criativo que tem na produção social do trabalho o bem comum. Portanto, no contexto histórico, entendendo que não se trata de natureza humana (boa ou má) e sim de modelo de sociedade, podemos tentar compreender a realidade atual. Todavia, nos perguntamos por que nós estamos à mercê da hegemonia burguesa e aos ditames do capital? Não são apenas os pescadores que se encontram no processo acelerado de degradação, mas a sociedade mundial já se movimenta com as ameaças das mudanças climáticas e/ou aquecimento global.

O DESAFIO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO DA HEGEMONIA BURGUESA

Estamos vivendo uma séria crise de paradigmas na sociedade. Se por um lado temos acesso a uma diversidade de correntes de pensamento, assim como uma dita liberdade de expressão de tais visões de mundo, por outro estamos vivendo uma ditadura subliminar de idéias massificadas. Os meios de comunicação de massa estão agindo com grande poder de influência manipulando a opinião pública para onde as elites dominantes querem.

Convivendo com essa realidade, temos possibilidades de construção do novo, mas aparentemente está muito difícil quebrar as algemas que nos prendem ao sistema econômico mundial; são raras as iniciativas que apontam para saídas possíveis.

Do ponto de vista ambiental o cenário é assustador, temos as grandes potências como a China e os EUA degradando em escalas quase inimagináveis. O padrão de consumo das classes e países dominantes não dão sinais de mudança, o que sinaliza uma catástrofe. Sendo assim, o que se apresenta para a educação ambiental? Voltemos ao sentido estético e à produção de significação. Se o sentido do estético está no corpo, na materialidade deste, se é através dele (o corpo) que tomamos contato com a realidade, a educação ambiental terá como principal desafio o resgate da saúde deste corpo que é natureza e homem ao mesmo tempo. Como isso será possível? Num processo de transformação do próprio corpo e da realidade que o compõe por meio da atividade criadora, o trabalho. Isto significa que uma proposta pedagógica para a educação ambiental tem que estar ancorada no processo criador de humanidade, isto é, o trabalho. Precisamos romper com a dicotomia imposta pelo sistema atual aos processos educativos e buscar os autênticos processos criativos em cada ofício, na pesca e em outros setores que compõem a produção de alimentos e bens para a humanidade.

Atualmente existe uma proposta de educação voltada ao trabalho, mas é ao trabalho alienado, ao técnico que servirá para o funcionamento do sistema econômico, ao administrador, ao gerente e ao cientista que servirá de alicerce às grandes multinacionais. O conhecimento técnico tem servido ao longo dos tempos para reforçar o sistema da monocultura, agora trazendo soluções como a *transgenia* de alimentos para solucionar a fome mundial sem tocar no problema da distribuição nem na segurança alimentar. Temos ainda um trabalho voltado à cópia de sabores de frutas, de condimentos, de peixes, de camarão, como se isso pudesse substituir a espécie nativa. Também podemos aplicar essa equação ao cultivo, ou aquicultura, de peixe e camarão onde existe uma privatização inerente ao processo. Já se percebe em estados como Pernambuco, as grandes fazendas de cultivo de camarão, isso torna o pescador um empregado onde naturalmente o patrão é o dono dos meios de produção. Outro problema que apontamos quanto ao cultivo de pescados se refere à alimentação dos mesmos, pois peixe se alimenta de peixe, o que acarreta uma quantidade de peixes miúdos sendo capturados com a intenção de produzir ração para o cultivo das espécies.

Essas são as falsas atividades criadoras do momento que podem significar trabalhar e estudar para reforçar as relações que engendram a expropriação do trabalhador e a destruição da natureza, aprofundando cada vez mais o abismo existente entre as classes sociais. A

educação e duplamente a educação ambiental precisa, parafraseando Mészáros (2005), romper com a lógica do capital, ir além do capital sob pena de sucumbirmos todos.

A educação ambiental é antes de tudo educação, sendo assim, traz consigo suas nuances e contradições. O adjetivo ambiental já denota que vivemos um momento peculiar onde surgiu tal necessidade de adjetivarmos a educação com vistas a dar uma atenção especial aos processos criativos da produção humana da natureza.

Tais pressupostos fazem parte de uma educação ambiental transformadora. Segundo Loureiro (2004), esta possui um conteúdo emancipatório onde a dialética entre forma e conteúdo se realiza de tal maneira que as alterações da atividade humana vinculadas ao fazer educativo impliquem mudanças individuais e coletivas. Nesta relação com o outro nos educamos mutuamente num ir e vir de uma posição a outra. Ao nos colocarmos no lugar do outro, teremos um parâmetro para avaliar se nossas ações estão no caminho certo, essa é uma atitude difícil e só o tempo nos ensina tal aplicação, conforme Freire (1982). A educação ambiental crítica por meio da práxis, se revela ao lado daqueles setores sociais que, embora sendo maioria, estão excluídos dos benefícios do sistema cultural e econômico predominante. Para exemplificar a reflexão, existem tecnologias avançadas para salvar vidas, mas a grande massa está fora até mesmo do atendimento básico de saúde. O modelo de desenvolvimento que aí está não favorece a todos, mas a uma elite na sociedade de modo particular.

Nesse sentido, podemos dizer que a educação ambiental formula princípios que nos levam ao menor grau de degradação do ambiente em que vivemos e do qual partilhamos. Contudo, a desigualdade no uso dos recursos naturais e tecnológicos nos leva a conflitos que ultrapassam tais princípios.

[...] a relação dessas populações humanas (pescadores) e seu meio-ambiente marinho e de águas interiores exige um conhecimento mais sistemático e aprofundado. Esse conhecimento é ainda mais necessário no momento atual em que as comunidades de pescadores artesanais estão sob severa ameaça por causa da especulação imobiliária e da degradação ambiental, provocada por um modelo econômico que exclui amplas camadas da população, sua cultura e suas formas de organização. Parafraseando Marx, a expansão capitalista sobre o espaço costeiro e marinho tem-se desenvolvido esgotando as duas fontes de riqueza: o mar e os trabalhadores. (DIEGUES, 1995, p. 52).

Pensamos que ir além do aparente é a função da educação e do estudo que busca uma análise histórica dentro do materialismo dialético. Contudo está tornando-se cada vez mais difícil achar a saída para a crise que ora se apresenta. A própria sociedade burguesa tornou-se refém da crise vivendo atrás de grades por falta de segurança, utilizando carros blindados com medo de assaltos e seqüestros, convivendo com ameaças de todo tipo. No entanto ainda são os pobres os que mais sofrem quando um fenômeno da natureza, causado ou não pela poluição e

mudanças climáticas, atinge uma região. O caso está tão sério que na Argentina já se criou uma categoria de “*refugiados ambientales*” para as pessoas que são atingidas por enchentes, ventos fortes e outros fenômenos.

De acordo com Vêras (1999), o mercado mundial não demonstra mais preocupação em integrar de forma nenhuma a América Latina nem do ponto de vista econômico nem da cidadania, para isto contam com a estratégia midiática que desde as guerras até as CPIs se transformam em verdadeiros espetáculos. As classes dominantes no Brasil começaram a expressar uma subjetividade antipública, uma ideologia antiestatal como se o mercado pudesse sobrepor-se ao Estado como se este dependesse das próprias classes dominantes ou do poder internacional. Desta forma, acreditamos que a expressão “exclusão”, citada por Vêras (1999) é uma afirmação da própria burguesia para manter o consenso da dominação proibindo o dissenso porque o “social” deve subordinar-se ao econômico aproximando-se mais do totalitarismo do que da hegemonia, como sugere Gramsci (2004).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A nossa proposta fundamenta-se num processo dialético de descortinamento da realidade com os pescadores artesanais através da educação ambiental crítica e reflexiva. Quanto a metodologia, acreditamos na discussão de temas estruturantes da atividade pesqueira, buscando em suas narrativas compreender os sentidos estéticos inerentes aos processos históricos do trabalho da pesca como também ressignificar com eles a sua própria história, procurando elementos de contra-hegemonia, como afirma Gramsci (2004) e proporcionando uma capacidade transformadora dos e pelos próprios sujeitos.

Esse processo tem como princípio básico a construção coletiva que só se torna possível num contexto de proposta política, isto é, envolve uma visão de mundo, de sociedade que se contrapõe ao que hoje se apresenta como hegemônico. A caminhada é longa e o caminho é tortuoso, pois a grande massa de pescadores artesanais sofre com as más condições de vida, de trabalho, e um péssimo atendimento às suas necessidades básicas por parte do estado. Essa realidade não facilita em nada um processo de emancipação, pois o torna alvo fácil de políticos oportunistas e empresários exploradores. Atualmente para desenvolvermos um projeto alternativo como uma cooperativa nos moldes da economia solidária, sofreremos com todos os males trazidos pelo capitalismo, como o individualismo, a busca de vantagens pessoais, lucro, dinheiro, consumo desenfreado, etc. Em alguns casos as comunidades foram arrancadas do seu modo de vida próprio para serem realocadas como marginais nas periferias

das cidades, como lembra Vêras (1999), o que torna difícil a relação de confiança com as lideranças de fora como estudantes e pesquisadores; tem sido difícil travar um diálogo autêntico na construção de alternativas ao modelo capitalista.

Precisamos reafirmar que estamos nos referindo ao homem concreto, real, e histórico com sua atividade prática e material, o pescador. Dessa forma nos afastamos do homem genérico, assim como do pescador genérico. Observamos equívocos que incorrem alguns cientistas conservacionistas quando se referem aos “pescadores” como se fossem todos iguais (“matadores de peixes”). O que desconsideram esses cientistas é que existem diferentes tipos de pescadores nas diferentes classes sociais do capitalismo. Há aquele pescador que atende à propriedade privada e ao lucro, dono de grandes embarcações como *traineiras* e barcos industriais de *pesca de arrasto*, como também aqueles que se dedicam às pescarias de espécies muito valorizadas no mercado como o *atum* e o *salmão*. Este, na maioria dos casos é um empresário que conta com pescadores como empregados, assim como um mestre de barco que geralmente é quem comanda a pescaria. Neste caso, apostamos que se o governo decidir que determinada espécie precisa cessar de ser pescada para que não se extinga, subsidiará os pescadores com salários que não fará grande diferença. Tais empresários geralmente têm alternativas de investimento sem afetar o seu modo de vida, eles não são pescadores, são empreendedores o que os diferencia substancialmente.

Isso não se aplica aos pescadores que tem um modo de vida próprio, vivem à beira de um estuário com uma territorialidade inerente à região, com simbologia, imaginário e cultura ligados à pesca artesanal. Aquele pescador que busca sobrevivência e reprodução social do humano por meio do seu trabalho na pesca, dos seus próprios modos de regular as quantidades de espécies pescadas sem sofrer as influências do capitalismo, poderia ter outra relação com as espécies. Por exemplo, como seu poder de produção e comercialização local seria limitado, provavelmente não chegasse a afetar os chamados “estoques pesqueiros” e houvesse uma melhor distribuição da riqueza. A sustentabilidade da pesca seria possível se apostássemos na produção local das comunidades e barrássemos a pesca industrial. Em grande parte os problemas ambientais da pesca estariam equacionados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DIEGUES, A.C.S. *Povos e mares: leituras em sócio-antropologia marítimas*. São Paulo: NUPAUB-USP, 1995.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. 11. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

- GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- LOUREIRO, C.F.B. *Trajatória e fundamentos da educação ambiental*. São Paulo: Cortez, 2004.
- MARX, K. *Manuscritos econômicos e filosóficos*. Lisboa: s.n., 1975.
- MÉSZÁROS, I. *Educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- _____. *A teoria da alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- MOLON, S. I. *Subjetividade e constituição do sujeito em Vygotsky*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- NETTO, J.; BRAZ, M. *Economia política: uma introdução crítica*. São Paulo: Cortez, 2006.
- PEREIRA, M.O.R. *Representações e práticas de educação ambiental no Fórum da Lagoa dos Patos*. Rio Grande: FURG, 2005. 68p. Monografia (Especialização) - Especialização em Educação Brasileira, Fundação Universidade do Rio Grande - FURG, Rio Grande, 2005.
- _____. *Educação ambiental com pescadores artesanais: um convite à participação*. Rio Grande: FURG, 2006. 130p. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós Graduação em Educação Ambiental, Fundação Universidade do Rio Grande - FURG, Rio Grande, 2006.
- PINO, A. A produção imaginária e a formação do sentido estético: reflexões úteis para uma educação humana. *Pro-posições*, Campinas, v.17, n.2(50), p.47-69, 2006.
- REIS, E.G. et al. *Relatório de cumprimento do objeto final: estabelecimento da capacidade produtiva do sistema ambiental da pesca no extremo sul do Brasil*. Rio Grande: FURG, 2005.
- VÁZQUEZ, A.S. *As idéias estéticas de Marx*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. (Pensamento crítico; v.19)
- VÉRAS, M.P.B. Exclusão social: um problema de 500 anos. In: SAWAIA, B. (Org.). *Artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- VYGOTSKI, L. S. *A construção do pensamento e da linguagem*. São Paulo: Martin Fontes, 2001.